

CAPÍTULO 1: Definindo o Feminismo

Sobre Definição

Entender o que é feminismo não é uma tarefa simples, pois há uma relutância, entre escritoras feministas, em se envolver em definições explícitas. Em suma, as feministas tendem, muitas vezes deliberadamente, a não dizer o que entendem por feminismo. “Esta palavra”, escreveu Alice Jardine, “coloca alguns problemas sérios. Não que queiramos acabar por demandar uma definição do que feminismo é e, assim, o que se deve fazer, dizer e ser, se quiser adquirir este epíteto [feminista]; significados de dicionário são, no mínimo, sufocantes” (Jardine, 1985: 20). Até mesmo compiladoras de dicionários feministas são relutantes em se engajar de forma rigorosa na definição. Maggie Humm, por exemplo, afirmou que seria tão somente ilusório oferecer definições precisas de feminismo, pois o processo de definição é alargar, e não encerrar, alternativas linguísticas” (Humm, 1989: xiv).

Essas advertências contra uma definição teriam algum propósito, não fosse pelas circunstâncias especiais da atual condição da atividade teórica feminista. Há pouquíssima concordância acerca do que se entende por feminismo, até o ponto em que posições que apresentam forte contradição entre si são igualmente afirmadas em nome do “feminismo”, havendo pouca esperança de resolução, se considerada a atual situação das coisas. A necessidade de clareza é urgente em um contexto em que grande parte do que é tachado “feminismo” não o é, em que são abundantes eufemismos e evasões, em que as “palavras esponjosas” (Mills, 1959) da pós-modernidade absorvem todos os significados, em que o *backlash* contra o feminismo mascara-se como o próprio feminismo. A definição, no sentido da afirmação explícita de um significado, tem um importante papel a desempenhar na luta feminista.

Definir feminismo é responsabilizar-se pelo que é dito sobre feminismo. É uma maneira de se situar e tornar clara a perspectiva a partir da qual alguém aborda o projeto feminista. E não é apenas a autora quem deve decidir sobre a precisão ou imprecisão de sua própria definição, mas também a leitora. Ao definir feminismo, a autora está proporcionando à leitora a oportunidade de adentrar o debate. Nenhum discurso pertence unicamente à/ao sua/seu autora/autor. Leitores também participam da construção do significado. Uma definição estabelece um diálogo, e o faz melhor quando a autora fornece uma descrição clara e exata do que é o feminismo no contexto de seu próprio discurso. A definição é um dispositivo esclarecedor. Dizer claramente o que se entende por feminismo é levar em consideração contestações e debates. Definições são experimentais, abertas à contestação, devem ser defendidas e fundamentadas, e podem sempre ser modificadas. Uma vez que o problema do dogmatismo é bastante real, é bom lembrar disso. Definir algo não é fixá-lo irrevogavelmente e por todo o tempo. Uma definição não é o essencial e único verdadeiro significado; não é oficial, apenas mais ou menos precisa e correta de acordo com o propósito para o qual é pretendida. Longe de enrijecer significados, definições são

concebidas em contextos particulares e para propósitos particulares. O contexto, neste caso, é o de um feminismo sob ataque interno, e o propósito é esclarecer o que está em jogo na política feminista. Ao passo em que uma definição certamente inviabiliza algumas alternativas, também oferece outras. As alternativas inviabilizadas pela definição que proponho serão, espero, aquelas posições “anti-feministas”, orgulhosamente apresentadas como “feminismo”, enquanto as alternativas fornecidas serão aquelas relativas a um feminismo que está verdadeiramente vinculado aos interesses das mulheres.

O que se segue é uma “definição”, apenas no sentido em que é um esclarecimento explícito, à luz das circunstâncias especiais já mencionadas. De fato, é mais que uma definição. É uma consideração estendida das formas em que o discurso do feminismo faz sentido. É uma consideração sobre como o termo “feminismo” é usado, mas nem todo uso servirá. Como eu argumento, do começo ao fim, há alguns usos de “feminismo” que, ou não compreendem o projeto feminista, ou são ativamente antagônicos em relação a este; assim, simplesmente salientam as formas como o termo “feminismo” é utilizado insuficientemente para o propósito de clarificar a natureza do feminismo. À medida em que usos do termo “feminismo” contradizem ou confundem os fins éticos e políticos do feminismo, não podem ser considerados como feminismo.

Definindo o Feminismo

O tema da “construção social” atravessa a literatura do feminismo de “segunda onda”. (O “gênero” é comumente usado para denotar esse tema, mas, como argumento adiante, existem graves problemas com esse uso.) Este pretende enfatizar o fato de que o sexo, as diferenças sexuais, as relações entre os sexos, a própria categoria “mulher” em si mesma, devem-se a arranjos sociais e não à necessidade biológica, que esses são problemas da cultura e não da natureza. Insistir que a situação das mulheres é socialmente construída, e não dada naturalmente, é uma ênfase necessária, dado o papel justificatório ainda desempenhado pelas explicações biológicas sobre a subordinação social das mulheres. Mas a ideia da “construção social” não é nova, nem é uma ideia caracteristicamente feminista, mesmo no sentido mais fraco, isso é, preocupada especificamente com as mulheres. Ela se originou com a sociologia. Não é nem uma ideia particularmente radical, uma vez que pode ser encontrada nos escritos sociológicos mais conservadores. Embora seja uma melhoria em relação aos argumentos da “natureza”, possui um uso limitado para os propósitos feministas, a menos que seja combinada com uma análise do tipo de sociedade sobre a qual estamos falando e das implicações disso para a teoria e prática feministas.

De início, deve ser óbvio que o feminismo é um empreendimento social, um quadro moral e político, preocupado em reparar erros sociais. É uma instância ética, ao passo em que surge e continuamente retorna a problemas de valor, de bem ou mal, certo ou errado, do que vale a pena e é significativo e do que não é. O feminismo está centralmente preocupado com julgamentos sobre qual

deveria ou não ser o caso, com o que constitui a ação correta e a boa vida e com o que opera para impedi-las, com a natureza das condições humanas em que queremos viver e aquelas que devem ser combatidas por serem moralmente erradas. A moralidade não é só uma questão privada. Embora diga respeito ao que cada um de nós decide sobre o que constitui a boa vida e como vivê-la, isso não significa que a moralidade é um fenômeno individualista em qualquer sentido que implique “indivíduos” como entidades distintas, existindo em isolamento, anteriores ou, de alguma forma, exteriores às relações sociais. Os indivíduos não podem ser nada além de seres sociais e as crenças morais que estruturam a vida humana são coletivas. Isso não implica acordo universal efetivo, pois, nesse caso, não haveria decisões a serem tomadas; mas implica que a moralidade seja compartilhada e comunicável, mesmo quando envolve uma instância “impopular” tomada em oposição a crenças dominantes.

A forma pela qual o feminismo é político não é bem representada pelo significado convencional de “política”, por exemplo, como “tudo que caracteriza ou toca o domínio da política pública” (Montefiore, 1990: 201). Um dos primeiros *insights* do feminismo foi o reconhecimento de que a distinção público/privado é uma construção ideológica que confina aspectos importantes da subordinação das mulheres ao domínio do “privado”, e permite que algumas das manifestações mais violentas do poder dos homens sobre as mulheres sigam ignoradas e não-verificadas. O slogan feminista “O pessoal é político” tanto reconhece como desafia essa dicotomia. Uma política feminista envolve lutar para fazer “públicos” os pesares “privados” das mulheres. Envolve, também, identificar as inúmeras formas pelas quais a “esfera pública”, que os homens valorizam, é dependente, em sua existência continuada, do trabalho não pago, não reconhecido e não retribuído das mulheres. E isso envolve elucidar as formas pelas quais o “público” penetra o “privado” – a casa, a família, o quarto e as psiques individuais de mulheres e homens.

A esfera pública é, idealmente, o domínio do consenso, uma vez que não é possível alcançar acordo a não ser que o debate aconteça em aberto. É a esse ideal de consenso que o feminismo apela em suas tentativas de trazer os males perpetrados contra as mulheres para o escrutínio público. Nesse sentido, a reivindicação do feminismo de ser político é similar à política no sentido convencional, ao passo em que visa colocar os interesses das mulheres na agenda pública. Mas é também diferente à medida que insiste na existência de dimensões cruciais da esfera “privada” como questões concernentes ao debate e à retificação públicos. Assim, o feminismo põe em dúvida a divisão entre “público” e “privado”, da qual depende a política convencional. A política feminista requer que a natureza da política no sentido convencional seja radicalmente alterada a fim de incluir os interesses das mulheres. Essa exigência não pode ser suprida por um preenchimento “tokenista” de algumas mulheres de posições que permanecem inalteradas. Mulheres não podem ser “iguais” aos homens porquanto não há igualdade entre os homens. Em termos feministas, o que as mulheres almejam é um status humano em que direitos, garantias e dignidades sejam obtidos às custas de ninguém, e onde os deveres e obrigações não caiam desproporcionalmente sobre os ombros das mulheres. Tal projeto promete transformar completamente a política.

A política está também preocupada com relações sociais de poder, e as relações de poder que o feminismo identifica são aquelas referentes à dominação masculina. O feminismo busca expor a realidade da dominação masculina, lutando por um mundo onde as mulheres sejam reconhecidas como seres humanos em seus próprios direitos. Usar a inequívoca e adamantina terminologia da “dominação masculina” e seus sinônimos não significa que os homens tenham poder absoluto e as mulheres impotência absoluta; esta é usada por uma questão de clareza, intencionando designar da forma mais clara possível aquilo a que o feminismo se opõe.

Uma vez que é caracteristicamente feminista ter revelado a realidade social da dominação masculina, o simples apelo à “construção social” torna-se radicalmente inadequado como uma estratégia feminista. Se a realidade social é a supremacia masculina, então o que a tese da “construção social” implica é que nós somos “construídas” como as portadoras das relações sociais da supremacia masculina. Porém, enquanto isso é uma implicação principal da teoria feminista, é também imediatamente combatida pela existência do feminismo em si mesmo. O feminismo diz que a dominação masculina constitui as condições sob as quais vivemos, mas que não deveria assim ser. Simultaneamente, o feminismo expõe a existência da dominação masculina e a desafia. De fato, é através da exposição da dominação masculina *como* dominação que o feminismo institui seu principal desafio, porquanto a dominação social opera mais eficientemente à medida que assegura a submissão ao disfarçar-se de outra coisa, que não dominação. Tem sido a tarefa do feminismo rasgar as máscaras por trás das quais a dominação masculina esconde sua verdadeira natureza e expô-la segundo o sistema desumanizador que realmente é.

A dominação masculina não significa aquilo a que um escritor referiu-se como “esforços masculinos implacáveis de dominação e controle” (Hawkesworth, 1989: 543). Esta não implica que todos os homens sejam invariavelmente opressores para com todas as mulheres todo o tempo, nem que as mulheres sejam as vítimas invariavelmente passivas e pacíficas de um desejo masculino por poder. É um sistema social, uma questão de significados e valores, práticas e instituições. Enquanto as estruturas sociais são mantidas por meio do comprometimento e aquiescência dos indivíduos e podem ser corroídas pela recusa dos indivíduos em participar, também possuem uma vida em si mesmas e podem continuar a exercer sua influência a despeito dos melhores esforços dos bem-intencionados. As manifestações da dominação masculina, embora às vezes horrivelmente violentas e degradantes, são também sutis, mundanas, ordinárias e, ademais, muito profundamente embutidas nas psiques dos indivíduos, e não somente de indivíduos homens. Ela constitui o ambiente social das mulheres assim como dos homens, o “conhecimento mútuo” dos atores sociais (Giddens, 1984: 375) e parte do ambiente pressuposto de todos.

Insistir na realidade da dominação masculina não significa que os indivíduos sejam nada além de entidades inertes, movidas aqui e ali por forças exteriores ao seu controle. Se as ações e desejos particulares mantêm a estrutura social, ou se a corroem, é responsabilidade do agente individual decidirlo, uma responsabilidade que permanece mesmo quando se evade. A dominação masculina não é um

tipo de sistema monolítico e homogêneo no qual os indivíduos estão inseridos sem seu conhecimento e sem possibilidade de oposição. Qualquer afirmação assim seria empiricamente falsa. Não é o caso de os indivíduos não terem nenhuma escolha além de consentir com as normas dominantes e as normas da dominação. Nenhum regime pode transformar seres humanos em autômatos ou reduzir as escolhas das pessoas a absolutamente zero. Até mesmo os regimes totalitários do século XX, com sua brutalidade difundida, assassínios, terror e mentiras, falharam na contenção de toda a rebelião. Ao mesmo tempo, a medida em que as pessoas são mantidas na ignorância em relação a onde repousam seus verdadeiros interesses, são manipuladas por propósitos que não seus próprios e são impedidas de controlar as condições de sua própria existência por poderosos interesses, é a medida em que estão submetidas a condições de dominação. É a essa realidade de dominação que o feminismo resiste em seu comprometimento com a crença de que os seres humanos têm o direito de existir em liberdade e dignidade simplesmente porque existimos.

Não obstante, sistemas sociais são mantidos e reproduzidos por meio do comprometimento das pessoas com sua existência. A “sociedade” demanda a participação ativa das pessoas a fim de existir; e indivíduos só existem em uma realidade social, que lhes fornece formas de conhecer, entender, valorizar e reconhecer a si mesmos e aos outros. Anthony Giddens coloca isso em termos de natureza “recursiva” das atividades sociais humanas, que

não são trazidas à existência pelos atores sociais, mas continuamente recriadas por eles através dos meios pelos quais eles se expressam *como* atores. Em e através de suas atividades, os agentes reproduzem as condições que tornam essas atividades possíveis. [...] A firmeza das formas institucionais não existe a despeito, ou exteriormente, aos encontros cotidianos, mas *está implicada nesses muitos encontros*. [...] Sociedades humanas, ou sistemas sociais, claramente não existiriam sem a agência humana. Mas não significa que os atores criem os sistemas sociais; eles o reproduzem ou transformam, refazendo o que já está feito na continuidade da práxis (Giddens, 1984: 2, 69, 171 - ênfases no original).

Porém, enquanto essa consideração preenche o conceito de “construção social”, permanece inadequada para os propósitos feministas porque não diz nada sobre dominação. Na afirmação de Giddens, a possibilidade de existência de condições sociais de dominação é dispensada. Ele define poder em termos de agência humana, como a capacidade dos indivíduos, singular ou coletivamente, de por as coisas em prática, de obter resultados, de trazer diferenças significativas para o mundo. Ele está completamente ciente de que as pessoas não possuem liberdade de ação ilimitada. Contudo, ele lança a questão apenas em termos de coerção e capacitação, sem fornecer critérios para decidir qual é qual. Ele diz que “as propriedades estruturais dos sistemas sociais são tanto capacitantes quanto coercivas” (Giddens, 1984: 162). Porém, se coerção é capacitação (e vice-versa), como distinguimos entre a coerção que capacita, e aquela que capacita a nada além do consentimento das pessoas em relação a sua própria opressão? Ele também argumenta que a coerção opera “através do envolvimento ativo dos agentes implicados, não como uma força em relação à qual eles são recipientes passivos” (p.289), e que

“todas as formas de dependência oferecem recursos por meio dos quais aqueles que estão subordinados podem influenciar as atividades de seus superiores” (p.16). Contudo, ao passo em que isso pode ser verdade, também pressupõe os temas da dependência, subordinação e superioridade, os quais o feminismo busca pôr em questão.

Ele também afirma que “dominação e ‘poder’ não podem ser pensados apenas em termos de assimetria distributiva, devendo antes, ser reconhecidos como inerentes à associação social (ou, devo dizer, à ação humana como tal)” (p.31-2). Todavia, se “dominação” é “poder”, e “poder” é “associação social” ou “ação humana como tal”, não há jeito de distinguir entre as formas dominadoras de poder que servem aos interesses de alguns às custas de outros, e as formas das quais todos necessitam quando operando no mundo. Se a “dominação” não pode ser separada de “poder” e circunscrita à “assimetria distributiva”, como podemos distinguir entre poder-como-capacidade (incluindo o acesso aos recursos que capacitam a ação humana) e poder-como-dominação (incluindo o monopólio dos recursos e sua acumulação nas mãos de poucos) (Allen, 1998; Hartsock, 1974)? De acordo com a consideração de Giddens, não há possibilidade de luta política *contra* relações de domínio e *pelos* capacidades de todos de controlar as condições de sua própria existência.

Mas para os propósitos feministas, a “coerção” não é realmente a questão. Embora as mulheres sejam de fato coagidas ante as condições da supremacia masculina, sob a perspectiva das mulheres, as coações aos piores excessos do comportamento masculino são positivamente benéficas. Os poderes restritivos do Estado, por exemplo, têm sido, às vezes, benéficos para as mulheres. A polícia e o judiciário têm o poder de proteger mulheres e crianças de homens violentos, e esse poder é às vezes utilizado efetivamente, mesmo que, com frequência, relutantemente. O Estado também tem o poder de redistribuir renda, e este poder opera em favor de mulheres e crianças que constituem um desproporcionalmente grande segmento dos pobres. Que o Estado, desse modo, reprima homens, ao impor penalidades para a violência e taxar os ricos, é positivo, do ponto de vista das mulheres. Conceber questões de liberdade e poder em termos de “capacidade” e “coerção” indica um *ethos* masculino. Esta é a visão de mundo daqueles que já possuem a capacidade de agir livremente porque o mundo é feito à sua imagem e semelhança, que reagem violentamente se privados do que lhes foi prometido como seu por direito.

A preocupação política com o “poder” é uma preocupação com o tipo de poder que causa problemas, isto é, a dominação que resulta em danos e miséria. O *problema* em relação ao poder não é que este atinja resultados, mas que seja exercitado de forma a impedir categorias de pessoas de atingir até mesmo os mais básicos resultados, necessários à sua dignidade humana e respeito. Uma política libertadora como o feminismo é uma posição tomada contra o poder na forma de dominação e a favor do poder na forma do exercício de capacidades que se dá às custas de ninguém. Isso demanda conhecimento acerca das maneiras pelas quais o poder-como-dominação é exercido, pois essas maneiras não são sempre evidentes e deliberadas. É um truísmo sociológico que o controle social das populações é mais eficiente quando as pessoas controlam a si mesmas, quando percebem o *status quo*

como seus próprios interesses e consentem mais ou menos voluntariamente com sua manutenção e reprodução. De fato, esse comprometimento por parte dos indivíduos é essencial para a reprodução da ordem social em seu todo. Frequentemente ocorre que os interesses de algumas pessoas prevaleçam sobre e contra os interesses de outras, sem que essas outras oponham-se de qualquer forma. Como assinala Steven Lukes, o poder-como-dominação é frequentemente exercido pelo controle de fontes de informação, de modo que as pessoas sequer consigam descobrir que têm queixas, muito menos protestar ou agir para mudar condições de opressão.

o uso mais efetivo e insidioso do poder é impedir [...] o surgimento do conflito, em primeiro lugar. [...] Não é o supremo e mais insidioso exercício do poder impedir as pessoas, em qualquer grau, de terem queixas, através da moldagem de suas percepções, cognições e preferências, de uma forma em que elas aceitem seu papel na vigente ordem das coisas, ou porque não conseguem ver e imaginar uma alternativa a ela, ou porque a veem como natural e imutável, ou porque a enxergam como divinamente ordenada e benéfica? (Lukes, 1974: 23, 24).

Portanto, as pessoas podem agir voluntariamente para reproduzir relações de dominação e subordinação sem perceber o que estão fazendo e, muito menos, estar em posição de resistir. Porém, Lukes está apenas parcialmente correto em seu comentário sobre relações de poder entre mulheres e homens, quando diz que “ambos são vítimas do sistema, em vez de um estar em posição de exercer poder sobre outro”. Ele está certo ao assinalar que “não é tanto uma questão de homens [...] escolhendo exercitar poder sobre as mulheres, através de ações voluntárias, com base em atitudes modificáveis”, mas, em vez disso, “um sistema de dominação em que tanto homens quanto mulheres são apanhados, embora sirva aos interesses dos primeiros às custas das últimas” (Lukes, 1997: 10). Embora verdadeiro que homens e mulheres possam ser cúmplices das relações de dominação masculina, se o sistema opera a favor dos interesses dos homens e contra os interesses das mulheres, ambos não são “vítimas” da mesma forma. É enganoso referir-se aos homens como vítimas de um sistema que garante a prevalência de seus interesses às custas das mulheres, mesmo sendo verdade que esse sistema é, com frequência, involuntariamente e, às vezes, explicitamente, mantido por homens e mulheres. O sistema da dominação masculina não pode ser completamente identificado com escolhas conscientes e deliberadas dos homens de oprimir as mulheres, primeiramente, porque a pressuposta naturalidade do sistema permite que a sua subordinação seja perpetuada pelo hábito; em segundo lugar, porque as ações das mulheres também servem à manutenção do sistema se estas permanecem ignorantes quanto aos seus reais interesses. Não obstante, a questão da libertação da mulher da dominação masculina é uma questão moral e, como tal, *depende de* “ações voluntárias” e “atitudes modificáveis” por parte dos dois sexos, mas, especialmente, por parte das mulheres, uma vez que o sistema seja desafiado e combatido.

Referir-se à “dominação masculina”, portanto, em vez de usar o termo mais neutro “construção social”, não é referir-se a algo monolítico e inexorável. Nenhum sistema de dominação, até os mais totalitários, funciona sem contradições, ambiguidades e resistências. “Dominação” refere-se a

uma ordem social hierárquica em que os interesses de alguns prevalecem às custas dos interesses de outros; refere-se a arranjos sociais que facilitam os interesses das elites, em detrimento das categorias de pessoas excluídas do acesso aos recursos necessários, até mesmo, para a dignidade humana mais básica. Ela é mantida, em parte, através de meios ideológicos de garantir o consenso dos oprimidos em relação à sua própria opressão e fornecer justificativas para a manutenção do *status quo* e, em parte, através da ameaça e exercício da violência. A dominação masculina implica que o masculino represente a norma “humana”, às custas de um *status* de humanidade para as mulheres. Os interesses e valores dos homens estabelecem-se como os interesses “humanos” universais, e valores genuinamente humanos como a razão, virtude ou coragem são açambarcados como exclusivamente masculinos. Ao mesmo tempo, dominação masculina implica que o feminino seja considerado subsidiário, subserviente, subordinado à, ou carente de, norma “humana”, enquanto os interesses, valores e direitos das mulheres são negados, banalizados e ridicularizados, e seu tempo, energia e atenção expropriados para o uso e prazer dos homens. Sob as condições da supremacia masculina, é permitido às mulheres, na melhor das hipóteses, um *status* “humano” de segunda classe, adquirido através de relações de subordinação com homens; na pior, suas necessidades e interesses são ignorados, e as mulheres são tratadas como se não tivessem direitos ou reivindicações por respeito e dignidade humanos. Como colocou Simone de Beauvoir há 40 anos: “Um homem nunca começa apresentando-se como um indivíduo de um certo sexo; desnecessário dizer que ele é um homem. [...] A representação do mundo, como o mundo em si, é o trabalho de homens; eles o descrevem a partir de seu ponto de vista, que constantemente é confundido com a verdade absoluta” (Beauvoir, 1970: 15, 175).

A supremacia masculina, a visão de mundo que insiste que apenas homens sejam reconhecidos como “humanos”, tolera, permite e até mesmo recomenda (como, por exemplo, na pornografia) danos às mulheres. Uma vez que as mulheres não são humanas dentro dos termos e sob as condições da supremacia masculina, não lhes é permitido ter acesso aos direitos e dignidades de um ser humano. Uma vez que as mulheres não são reconhecidas como seres humanos, podem ser tratadas com desprezo. O que acontece a elas não importa, suas necessidades não precisam ser consideradas, seus interesses podem ser banalizados e negados. Uma vez que as mulheres não são seres humanos, tornam-se nada além de objetos para o uso dos homens. Isso cria uma contradição no coração da ordem mundial que é a supremacia masculina. A principal contradição estruturando e rompendo as condições da supremacia masculina é a existência das mulheres, que continuamente expõe a mentira do masculino como o padrão da existência “humana”, uma mentira que é administrada através do reconhecimento das mulheres apenas à medida em que estas servem aos interesses dos homens. Não é possível, afinal, negar completamente a existência das mulheres (embora as instâncias em que isso acontece sejam muitas e variadas e raramente comentadas). Além disso, as mulheres possuem muitas e variadas estratégias para resistir à dominação masculina. Algumas meramente invertem a hierarquia de poder. Algumas são cúmplices dos significados e valores dominantes enquanto combatendo um indivíduo ou indivíduos particulares (homens ou mulheres). Outras estratégias de resistência, por parte das mulheres,

minam radicalmente a crença em sua inferioridade e sua disponibilidade para os homens, e manifestam poder e capacidade muito além do que é permitido às mulheres dentro das fronteiras do papel feminino convencional.

A monopolização masculina do status "humano" desumaniza a todos, se as mulheres não podem ser humanas, não o podem ser genuinamente também os homens. A tirania corrompe. Corrompe os tiranizados por lhes demandar os valores da subserviência, mas (como assinalou Hegel), corrompe ainda mais o tirano. Ao falhar em reconhecer a humanidade de sua contraparte feminina, o tirano destrói seu próprio status humano. Uma vez que ele não concede a ela sua própria pessoa, ele priva a si mesmo de reconhecimento por qualquer um. Porque o primeiro "outro" de todos é feminino, a mãe, o processo de desumanização começa imediatamente, desde o início de cada existência humana, e, por isso, a "humanidade" sob as condições da supremacia masculina é falha desde o princípio.

O feminismo luta por um mundo em que as mulheres tenham, e sejam vistas como tendo, um status humano completo. É esse aspecto da luta feminista que tem recebido mais atenção, ao ponto em que o feminismo tendeu a ser implicitamente definido somente em termos de "mulheres". Esse foco de atenção é vitalmente importante. É necessário resgatar as mulheres do esquecimento histórico, insistir em seus direitos e dignidades, expor as injustiças e males perpetrados contra elas, afirmar, por múltiplas formas, que as mulheres são seres humanos merecedores de respeito. Mas, embora muito empreendimentos feministas direcionados às mulheres proporcionem percepções sobre o sistema social da dominação masculina, mesmo quando não o expõem explicitamente, focar-se nas mulheres, em si e por si, não diz nada sobre as relações de poder da supremacia masculina que tornam esse foco necessário. Como resultado, definir o feminismo apenas em termos de "mulheres" deu origem a uma série de debates fúteis, sobre o que está envolvido na categoria de mulher, por exemplo, ou sobre se as mulheres são semelhantes aos homens ou diferentes deles. Isso também ocasionou, como infeliz consequência política, a divisão das mulheres em uma multiplicidade de categorias sociais incompatíveis. Por isso, embora definir o feminismo em termos de mulheres é necessário, não é suficiente como o fator unificador da política feminista. É a oposição à dominação masculina o que torna o feminismo relevante para as mulheres, onde quer que estejam, e de quaisquer formas pelas quais sejam diferentemente excluídas do reconhecimento como humanas.

Uma vez que o monopólio masculino da "humanidade" é ainda muito pouco reconhecido, uma vez que permanece encoberto por significados e valores hegemônicos que autenticam o masculino e depreciam o feminino, a criação de um status humano para as mulheres demanda que estas busquem reconhecimento umas das outras, que as mulheres vivam em conexão com mulheres e se reconheçam por formas exteriores ao controle e definição masculinos. Costumava-se argumentar que o lesbianismo era central para esse projeto, porquanto o lesbianismo é, em si, definido em termos de mulheres identificado-se com mulheres, mulheres amando mulheres, mulheres enxergando umas as outras como indivíduos humanos completos (Abbott and Love, 1972; Myron and Bunch, 1975). O lesbianismo é visto como central para o feminismo, tanto como um desafio à supremacia masculina, porque põe em questão

o domínio do desejo heterossexual, quanto como uma redefinição da categoria mulheres, para mulheres e por mulheres, e exteriormente à hegemonia masculina. Isso não significa que todas as feministas, ou todas as mulheres, devam ser lésbicas (não mais do que "todas as mulheres" devem ser qualquer outra coisa em particular). Isso significa que ao lesbianismo, como mútuo reconhecimento entre mulheres, deve ser concedido um lugar honrado dentro do feminismo de segunda onda, de modo que estava disponível às mulheres como uma alternativa real à definição de si mesmas apenas relativamente aos homens.

Inicialmente, durante a década de 1970, argumentava-se que o lesbianismo também era central para o feminismo, pois era uma prática *sexual*; e, devido ao tipo de prática sexual que era, isto é, o desejo e a atividade sexual sem o pênis, seria uma sexualidade com um potencial para a igualdade ao invés da dominação. Porém, os acontecimentos posteriores quanto ao sentido do lesbianismo quase enterraram essa postura feminista. Um desses acontecimentos foi a ascensão e proeminência do sadomasoquismo lésbico, apoiado por um liberarismo sexual que define o sexo apenas em termos de "corpos e prazeres" e o qual exigia que o sexo fosse colocado além da crítica política. Parecia que o sexo lésbico, também, poderia ser sequestrado para os fins da supremacia masculina. Isso não deveria ter vindo como uma surpresa, dado que o feminismo já havia identificado a ligação entre sexo e dominação no centro dos significados e valores da supremacia masculina. Nós não tínhamos, no entanto, ido longe o bastante em nossa análise, e não investigamos as formas como as mulheres, também, poderiam ser coniventes com a dominação erotizada. Outro desdobramento que rejeitou a posição feminista foi a influência de um discurso de tolerância liberal em que o lesbianismo foi definido apenas como uma preferência sexual, como o atributo pessoal de algumas (poucas) mulheres individuais. Embora preferível ao desprezo ou à perseguição, esta atitude de tolerância ignorou o contexto social da realidade falocrática em que o sexo ainda esta embutido e, portanto, neutralizou as políticas feministas do lesbianismo.

Não obstante, o ponto feminista continua (embora marginalizado e ridicularizado o quanto possa ser). O argumento feminista é que o sexo é fundamental para a opressão das mulheres. É através do desejo heterossexual que as mulheres são ajustadas, e ajustam-se, aos seus papéis subordinados em relação aos homens. Relações de dominação funcionam de forma mais eficiente na medida em que os indivíduos consentem com o status quo, ao invés de serem aberta e violentamente coagidos. As pessoas devem aceitar a esfera atribuída a elas dentro da hierarquia e a vê-la como a única realidade. É dever das mulheres servir aos homens, de não ver outra alternativa para seus papéis subordinados em relação a eles, de ter acesso ao status de "humano" somente através dos homens, e adotá-lo como sua própria identidade. O desejo heterossexual coloca a emoção e a realidade na subordinação das mulheres aos homens (Jeffreys, 1992); e o lesbianismo, no contexto feminista, foi concebido como um desafio à exclusividade e "naturalidade" do desejo heterossexual como a única forma de intimidade permitida às mulheres. Era uma recusa de servir ou de prestar serviços aos homens, a revogação do reconhecimento dos homens como os únicos indivíduos "humanos", e um comprometimento das mulheres para com a

humanidade plena das mulheres.

O lesbianismo colocou a emoção e a realidade no separatismo. Deu ao separatismo o seu foco central e significado ao aproveitar a força e a energia do sexo para unir as mulheres. Mas prestamos uma atenção insuficiente às implicações das nossas próprias análises de que o sexo deriva seu poder e energia do papel que ele desempenha na reprodução das relações sociais da supremacia masculina. Embora o foco no sexo identificou com precisão o problema, a facilidade com que o lesbianismo foi reincorporado no pensamento masculino dominante - na melhor das hipóteses como uma preferência sexual neutra valorizada, e na pior das hipóteses apenas como mais um cenário pornográfico -, indica que a luta está longe de terminar.

O separatismo é um contínuo da política feminista, o qual envolve a revogação do consentimento com as relações de poder da supremacia masculina. Não é uma espécie de "ponto final" revolucionário. Pelo contrário, é uma necessidade estratégica constante, enquanto o masculino permanecer hegemonicamente como a referência de "humano" e enquanto as condições para a supremacia masculina exijam a observância feminina. A supremacia masculina não só exclui as mulheres - do status "humano", e de formas altamente valorizadas de vida, tais como o governo, a riqueza, o trabalho criativo e artístico - mas também as inclui em papéis confinados ao suporte e nutrição dos homens, como mães, esposas, receptáculos para o pênis, como o esteio e o suporte da masculinidade, como as reconhecedoras não reconhecidas da subjetividade masculina, com a exigência de que silenciem os seus próprios interesses em prol dos interesses de importância, status e realidade masculinos. É essa inclusão das mulheres nos significados e valores da supremacia masculina que exige sua exclusão daquelas esferas as quais os homens valorizam, esferas que não poderiam existir sem o trabalho que as mulheres fazem ao proverem as necessidades humanas básicas. A exclusão das mulheres das posições de poder e influência tem um propósito - manter a maioria das mulheres ligadas aos homens, incentivando os interesses masculinos, nutrido e promovendo as subjetividades masculinas, fazendo o trabalho e proporcionando o solo a partir do qual os homens podem se lançar a esses projetos tão altamente valorizados nas condições da supremacia masculina.

É esta inclusão que o separatismo contesta. Enquanto o separatismo tem sido criticado por exarcebar a exclusão das mulheres dos "domínios dominados" por homens, na verdade o feminismo nunca foi inequivocamente a favor da igualdade das mulheres com os homens. O domínio público é hierárquico, explorador, estruturado por distinções injustas entre categorias de seres humanos, motivado por subjetividades autoritárias e desdenhosas, ou obsequioso, insinuante, invejoso e ressentido. A entrada das mulheres no status e nas posições estruturadas pelas exigências do prestígio e poder masculinos não faz mais do que estabelecer entre as próprias mulheres as mesmas hierarquias existentes entre os homens, e reproduz as já existentes distinções injustas entre as mulheres. Sendo assim, o desafio do feminismo à exclusão das mulheres não é ambivalente. A recusa feminista em incluir as mulheres como auxiliares dos projetos concebidos pelos interesses dos homens, e como apoiadoras e expoentes de significados e valores da supremacia masculina, é uma recusa clara e inequívoca. É

nesse sentido, que o separatismo é a estratégia principal da segunda onda feminista, não, porém, como uma recusa que tenha a ver com homens. Tal interpretação não é apenas irreal, como também é individualista. Ela interpreta a dominação masculina apenas em termos de homens e seus atributos, ao invés de interpretá-la como um sistema de significados e valores. Ela também descarta a possibilidade de que projetos feministas importantes se envolvam diretamente com instituições supremacistas masculinas (tecnologias de reprodução, por exemplo), com o objetivo de desafiá-las (3). O separatismo é uma revogação da fidelidade a estas condições. Que podem ou não envolver a retirada de algumas formas de relações com os homens - fundamentalmente, embora não apenas, as relações sexuais. Como os homens não são os únicos mantenedores das relações sociais da supremacia masculina, recusar-se a se relacionar com homens (mesmo que essa decisão fosse possível ou desejável) não é suficiente como uma revogação do consentimento aos significados e valores da supremacia masculina.

Em termos mais gerais, o feminismo é uma luta no domínio do significado - o que contrasta com, por exemplo, as mulheres violentamente derrubarem as atuais classes dominantes, ou assumirem os meios de produção ou a riqueza do mundo. Dado quão pouco poder social as mulheres têm, essas empresas estão extremamente além de nossas capacidades ou recursos. O significado está em toda parte, dado que somos usuários da língua. Dizer que o feminismo é uma luta no reino do significado não quer dizer que o feminismo, portanto, não se preocupe com assuntos concretos, como estupro, creches, igualdade salarial, representação parlamentar, etc. É simplesmente dizer que, a partir de uma perspectiva feminista, essas questões têm um significado diferente do que de qualquer outra perspectiva. É também dizer que, uma vez que significados estão em todos os lugares, também o está a possibilidade da luta feminista. É dizer que a política feminista não se limita aos tipos de questões convencionalmente definidas como "políticas", mas que pode ser feita em qualquer lugar e com quaisquer ferramentas que estejam à mão. A política feminista pode ocorrer nos recessos mais profundos da psique, bem como em todo o mundo, no mais íntimo dos relacionamentos pessoais, assim como a nível nacional e internacional. É dizer que o feminismo está disponível onde quer que as mulheres estejam, e avança onde quer que as mulheres ajam. As gigantescas acumulações de riqueza nas mãos de poucos homens, em detrimento da maioria da população; os sistemas onipresentes de propaganda que pacificam populações inteiras com imbecilidades banais e misóginas; a fome em massa e a destruição do meio ambiente gerados pelo capitalismo internacional; a nação legislar pelos interesses dos poderosos, e armazenar armas letais o suficiente para dizimar a raça humana; e homens em fúria, estuprando, mutilando e matando, em todos os lugares - tudo isso é demais para qualquer um conseguir lidar, mesmo coletivamente. Mas isso não é motivo para desespero. A luta também é contra os significados e valores do mundo em questão, e o embate ocorre dentro de cada indivíduo comprometido com a tarefa de recusar a obediência a esses valores. Enquanto indivíduos muitas vezes podem fazer muito pouco em relação à dominação de fato, todos nós podemos questionar radicalmente os significados e nos recusarmos a adotar esses valores.

Ao definir o feminismo como a luta contra a supremacia masculina e a luta pela humanidade das mulheres identificadas com mulheres, eu não faço a reivindicação fraca de que esta é apenas a "minha" definição, e que todas têm a sua própria, e que a definição individual de ninguém é melhor do que a de qualquer outra pessoa. Eu estou fazendo uma reivindicação muito mais forte, a saber, o que o feminismo é. A definição é apresentada como a definição do feminismo, a única que faz sentido em relação ao projeto feminista. Ela aborda a lógica da política, teoria e prática feministas, e é suficientemente ampla para incluir a maioria do que é reconhecido como feminismo, embora específica o suficiente para permitir que os argumentos e afirmações anti-feministas sejam identificados e excluídos. É verdade que sou uma única pessoa fazendo essa reivindicação, e que falo em nome de mais ninguém, além de mim mesma. Mas isso não me exclui (nem qualquer pessoa) de dizer o que é o feminismo. Também não significa que a definição proposta aqui seja incontestável e além das críticas. Pelo contrário, justamente porque é defendida nos termos mais claros possíveis, ela está aberta ao debate. Divergências, no entanto, não pode ser resolvidas por meio de decisões bem-intencionadas de respeitar nossas diferenças individuais de opinião. Embora o "acordo educado" para discordar seja às vezes a única opção civilizada, ele não resolve as contradições, mas simplesmente as adia. Enquanto feministas individuais são as participantes do debate, os sentimentos e opiniões não são referências suficientes para a teoria feminista, a qual deve ser discutida através de referência à lógica e à evidência da teoria e prática feministas.

A definição que proponho também não é restrita a um tipo de feminismo. A tendência para se referir a "feminismos", no plural, é uma evasão em relação às contradições reais e importantes entre afirmações concorrentes feitas em nome do feminismo. Na medida em que os argumentos sejam mutuamente contraditórios, os conflitos nunca serão resolvidos através da separação das posições antagonistas e conformação das mesmas a diferentes "feminismos". O respeito às diferenças pode ser levado longe demais, especialmente quando essas "diferenças" não são apenas diferenças, mas incompatibilidades gritantes. Pretendo que a definição que proponho aqui permita que os conflitos sejam abordados diretamente.

Um Ponto de Vista Feminista

O que venho defendendo é um ponto de vista feminista, embora o sentido em que eu uso o termo difira fundamentalmente da maneira como ele já está sendo usado em escritos feministas. Eu não baseio um ponto de vista feminista nas mulheres, em sua experiência, em sua dor e opressão (Jaggar, 1983), na atividade de vida das mulheres (Harding, 1986; Hartsock, 1985; Smith, 1972), na empatia das mulheres (Keller, 1983), _em suas formas mais integradas de conhecimento e percepção (do que as dos homens)_ (Rosa, 1987), nem em nenhum postulado de que a mulher teria acesso exclusivo ao cuidado (Noddings, 1984), ou a formas particularmente femininas de conhecimento (Andolsen et al., 1987). O

conceito de um ponto de vista feminista só poderia ter vindo das mulheres, e não as deve perder de vista e nem os seus interesses. No entanto, a posição social das mulheres por si só não é garantia suficiente de um comprometimento feminista - vide as mulheres que adotam valores de extrema-direita, fascistas e misóginos, por exemplo, e a infinidade de maneiras em que as mulheres podem abraçar a nossa própria opressão, pois é a única realidade que conhecemos. Os homens são capazes de compreender um ponto de vista feminista, embora não sejam capazes de contribuir nesse sentido, o que sugiro por razões estratégicas - homens ainda tendem a dominar onde quer que estejam incluídos, já que a supremacia masculina ainda é a maneira como o mundo é, e seus padrões e hábitos são, ainda, bastante arraigados.

Um ponto de vista feminista, da maneira como eu o interpreto, parte da questão que é anterior a qualquer discussão sobre a natureza das mulheres, suas habilidades, situações de vida [experiências], etc. Essa pergunta é: por que as mulheres e as suas preocupações são problemáticas? É a resposta a essa pergunta - por causa da supremacia masculina - que constitui o potencial revolucionário e a atualidade do feminismo. Um ponto de vista feminista se baseia, primeiramente, em reconhecer a existência da dominação masculina, a fim de desafiá-la e a ela se opor. Esta consciência emerge da posição social das mulheres, pois os problemas de sua exclusão do status "humano" são mais urgentes para elas_(embora, a longo prazo, todas/as tenham de ganhar um status humano que seja às custas de ninguém)._No entanto, a consciência das mulheres sobre sua situação não se torna feminista, até que se desenvolva uma consciência de que o posicionamento social das mulheres está estruturado pela dominação masculina; e a menos que o monopólio masculino do status de "humano" seja resistido consciente, contínua e deliberadamente.

A maioria das defensoras de um ponto de vista feminista estão cientes de que a experiência das mulheres, por si só, é insuficiente para a política feminista. Mas elas não são precisas sobre como passamos da "experiência" à teoria e à política. Como uma consciência feminista surge da "atividade de vida das mulheres", quando nem todas as mulheres são feministas, e algumas, ainda, são ativamente anti-feministas? O que tem sido alcançado com o compromisso de um ponto de vista feminista? O que está sendo combatido e para o quê se está lutando? Do que um ponto de vista feminista visa a nos libertar?

Nenhuma das teóricas da perspectiva feminista identifica inequivocamente o envolvimento com a supremacia masculina como o elo que transforma a "experiência das mulheres" em uma política feminista._Elas certamente reconhecem a existência da dominação masculina, e a ela se opõem. Elas também aplicam este reconhecimento em suas análises. Mas elas fazem isso apenas de forma implícita ou tangencial, ao mesmo tempo em que falham ao reconhecer que é esse mesmo desafio à dominação masculina que fornece o princípio estruturante capaz de traduzir uma consciência de vida das mulheres em uma política feminista. Na ausência de qualquer menção explícita do que se trata a luta política feminista, sua tarefa se limita a encontrar algo intrínseco à vida das mulheres o qual, por si só, leva a uma consciência feminista. Mas na medida em que elas encontram esse "algo", elas o conseguem porque o seu compromisso anterior de reconhecer a existência da supremacia masculina lhes permite

vê-lo.

Nancy Hartssock, por exemplo, afirma que "a vida das mulheres possibilita um ponto de vista particular e privilegiado na supremacia masculina" (Hartssock, 1987: 159). Ela então começa a examinar o que ela refere como "atividade de vida das mulheres" e a "divisão sexual do trabalho", a fim de encontrar esse ponto de vista privilegiado. Mas a análise da "atividade de vida das mulheres" já é informada por seu compromisso em se opor à supremacia masculina. É o seu ponto de vista feminista que lhe permite, por exemplo, perceber a "divisão sexual do trabalho" como um problema político e não um fato da natureza; ver o trabalho não remunerado das mulheres (e elas próprias) como apropriações dos homens, ao invés de um trabalho oferecido livre e gratuitamente pelas mulheres; e, como Alison Jaggar coloca, "o trabalho doméstico ... como um trabalho ao invés de um trabalho de amor" (Jaggar, 1983: 384). Hartssock, ao contrário de como ela interpreta sua tarefa, não examina "a atividade de vida das mulheres" por si só, a fim de encontrar uma base para a política feminista. O que ela faz é apresentar a vida das mulheres a partir de uma perspectiva que já inclui um compromisso feminista.

Sandra Harding recusa-se explicitamente a colocar a oposição à supremacia masculina no centro da agenda política feminista (Harding, 1991: x). Seu argumento é que existe uma pluralidade de opressões: "tendências [feministas] que incidem sobre a supremacia masculina e as relações de gênero, sem dar peso igual a outros aspectos importantes das relações sociais, podem fornecer recursos para o eurocentrismo, racismo, imperialismo, heterossexualidade compulsória, e crenças e práticas exploradoras de classe" (p. 11). Porém, ao expressar o problema político desta forma, ela se compromete a confinar opressões em categorias distintas e independentes. Em sua análise, a supremacia masculina não somente é algo diferente de "eurocentrismo", etc; como lutar contra ela é antagônico a qualquer projeto de luta contra outras formas de "opressão". Concentrar-se na supremacia masculina, segundo esta autora, acontece em detrimento de outras formas de luta política. Ela não considera a possibilidade de que esses "outros aspectos das relações sociais" também têm aspectos da supremacia masculina e que, portanto, a luta contra a supremacia masculina é também a luta contra todas as formas de relações de domínio. (Discuto estas questões posteriormente, com mais detalhes, em relação ao racismo).

O projeto feminista de Harding é demonstrar que o conhecimento fundamentado na vida das mulheres pode dar uma visão "menos parcial e distorcida" da natureza e das relações sociais do que o conhecimento produzido por "homens dos grupos dominantes". Se o conhecimento feminista é menos parcial e distorcido do que o pensamento corrente masculino, ou não, essa não é a questão. O principal problema com ideologias de dominação não é que elas são parciais e distorcidas, embora sejam ambos. O principal problema é a questão de quem são os interesses aos quais sua parcialidade serve, e as maneiras pelas quais as suas distorções operam em detrimento daqueles que eles subordinam. O feminismo expõe como parcial o que afirma ser imparcial e desinteressado; não porque o feminismo seja menos parcial, mas porque ele entra no discurso de um outro sentido - os interesses das mulheres em oposição à dominação masculina. Harding mesma está ciente de que o conhecimento não pode ser

desinteressado e livre de valor, mas ela se equivoca sobre o próximo passo lógico - caracterizar explicitamente o feminismo em termos de luta contra os significados, valores, discursos e práticas da dominação masculina. Como no caso da análise de Hartsock, é possível caracterizar "a vida das mulheres", da forma pela qual Harding faz, apenas por causa de sua aceitação implícita de um contexto que já identifica as manifestações de dominação masculina, não obstante suas recusas. Apesar da própria tentativa de Harding em abandonar "o foco na supremacia masculina", é apenas este foco que lhe dá suas percepções feministas.

Alison Jaggar dá a análise mais detalhada das limitações políticas de confinar o que ela chama de "ponto de vista das mulheres" à experiência das mulheres. Ela é claramente ciente de que recorrer à "atividade de vida das mulheres" não é suficiente por si só para a política feminista. Ela diz que "o ponto de vista das mulheres ... não é algo que pode ser descoberto através de um levantamento de suas crenças e atitudes" (Jaggar, 1983: 371), e que " todos os aspectos da nossa experiência, incluindo os nossos sentimentos e emoções, devem ser submetidos ao escrutínio crítico e à análise política feminista" (p. 380). Ela discute o caso das mulheres de direita cujo pensamento sobre suas vidas e experiências, longe de levar a uma consciência feminista, resultou em um antifeminismo militante. Ela conclui a discussão ao dizer: Bastar ser uma mulher, então, não é suficiente para garantir um claro entendimento do mundo como ele aparece a partir do ponto de vista das mulheres" (pp. 382-3).

Mas, embora ela esteja consciente de que é a luta política que transforma a experiência das mulheres em um "ponto de vista das mulheres", e embora ela também esteja ciente da dominação masculina como um dos problemas abordados pela política feminista, ela não identifica a luta contra a dominação masculina como o fator crucial de definição dessa política. Ela reconhece o *insight* que "a cultura dominante está impregnada com as percepções e valores da dominação masculina", *insight* que é "uma das principais contribuições do feminismo radical". Mas ela parece acreditar que essa visão implica tentar "criar uma cultura alternativa de mulheres", a qual é elitista, irreal e incompreensível para a maioria das mulheres. Ela diz que apenas o feminismo socialista que "é capaz de explicar por que essa cultura é dominante e de vincular a consciência anti-feminista de muitas mulheres com a estrutura de suas vidas diárias", porque o feminismo socialista é "explicitamente materialista histórico". Mas neste momento a dominação masculina sai de sua análise – "essa cultura" é simplesmente "dominante" - e não nos resta nada, a não ser "o cotidiano das mulheres" e uma "luta política e científica", que perdeu seu foco central (p. 382). Sem a dominação masculina como o adversário hostil da política feminista, não há a possibilidade de identificar as formas em que as vidas das mulheres estão imbuídas com os significados e os valores da supremacia masculina e, portanto, não há possibilidade de se engajar em absolutamente nenhuma luta política. Jaggar eventualmente reconhece isso. Ela enfatiza o longo e prolongado caráter da luta feminista para "revelar a realidade complexa e sistemática da dominação masculina", e diz que "No final, uma representação adequada do mundo do ponto de vista das mulheres requer a derrubada material da dominação masculina" (p.384).

Nada mais do que esse reconhecimento é necessário para um ponto de vista feminista, dado que expor, nomear e descrever a dominação masculina já é reconhecer os interesses das mulheres na luta contra essa dominação. É neste ponto, uma vez que a existência da dominação masculina tenha sido reconhecida, que todas as questões realmente difíceis começam: O que conta como dominação masculina? Como podemos reconhecê-la? É este fenômeno em particular um caso de dominação masculina, ou não? O que a sexualidade tem a ver com isso? Qual é a minha responsabilidade? Algo pode ser feito sobre isso? Algo deve ser feito a respeito? É certamente parte do empreendimento feminista insistir no reconhecimento da "contribuição das mulheres para a subsistência, e sua contribuição para a educação dos filhos" (Hartsock, 1987: 164). Entretanto, concentrar-se apenas em reavaliar as atividades tradicionais das mulheres, por mais importante que seja, não é o que define centralmente um ponto de vista feminista. O feminismo é uma crítica profunda da dominação masculina onde quer que seja encontrada e em qualquer forma em que ela se manifeste. É um trabalho em direção à extinção de quaisquer imposições masculinas e para a criação de uma comunidade em que mulheres, relacionando-se com mulheres, criem a nossa própria condição de humanidade, livre dos significados e valores que incluem as mulheres na raça humana segundo termos masculinos ou não as incluem. Isso só pode ser feito a partir de um ponto de vista que reconheça a existência da ordem social da supremacia masculina, a qual permite um status de "humano" apenas aos homens; um ponto de vista que envolva uma luta para reinterpretar e reorganizar o mundo, para que as mulheres também possam ser reconhecidas como humanas.

Notas

1. Martha Nussbaum localiza a origem da idéia de construção social ainda mais cedo na história, na filosofia grega antiga (Nussbaum, 1999: p. 5 de 12).

—

2. Allen sugere um terceiro significado de "poder", um conceito de "poder-with", como uma forma de teorizar "coalizões com outros movimentos sociais" (p. 8). Mas isso já está contido em sua idéia de "poder como capacidade" ("power-to"), uma vez que não há nenhuma implicação de que o poder de alcançar os resultados só aconteça isoladamente.

3. Estou em dívida com Renate Klein por chamar minha atenção para este ponto.

www.manaschicas.wordpress.com